

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA TENDO COMO CASO A APA – ALTER DO CHÃO/PA

Andréa Simone Gomes Rente

O presente estudo visa entender, com o aporte de conceitos e categorias, a relação entre unidades de conservação e desenvolvimento local. Tal relação, vista como uma escolha de política pública ambiental, baseada na gestão participativa em que comunidades e poder público, discutam e decidam os rumos da mesma, podendo assim, fortalecer o processo de desenvolvimento local dessas comunidades que, no meio da Amazônia, estão sendo ameaçadas por especulação fundiária e degradação ambiental. Neste sentido, categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, descritas pela Lei do SNUC/2000², como a Área de Proteção Ambiental – APA servirá de referência, através da APA – Alter do Chão/Pa.

A APA – Alter do Chão está situada no distrito de Alter do Chão, no município de Santarém - Pará. Com as características típicas da região Amazônica, o distrito de Alter do Chão – composto por 18 comunidades – possui uma diversidade natural onde o destaque, para Albernaz (2001) é: a sua formação geológica típica, as savanas amazônicas, rios, lagos, igarapés, e florestas. Dentre as comunidades, o destaque é a Vila de Alter do Chão, por ser a mais antiga e reconhecida como o mais importante balneário turístico da região.

É neste contexto que a APA – Alter do Chão foi criada, em 02/07/2003, pelo Decreto Municipal n. 17.771/03, tendo uma área de 16.180 hectares, correspondendo a sete comunidades do referido distrito, sendo isso motivo das demais comunidades se organizarem e reivindicarem sua inclusão. Uma APA que tem uma trajetória de mais de uma década, com avanços lentos, mas que apontam atualmente para um processo em que a relação entre o governo municipal e as comunidades do distrito se encaminha para uma gestão participativa com o objetivo de torná-la realidade em prol do desenvolvimento local das populações atuais e das gerações futuras dessas comunidades.

Partindo da APA – Alter do Chão, o estudo se justifica por buscar estabelecer um fio condutor entre UC's como políticas públicas ambientais e ações relevantes para o desenvolvimento local, fortalecidas por uma gestão participativa eficiente que permita o bem-estar da população local, a relação desta com o meio ambiente, com o governo local e até mesmo com o mercado.

² Ver SNUC (2004).

O Objetivo deste estudo pode ser resumido em: estudar o processo de implantação da APA – Alter do Chão identificando os atores sociais envolvidos, seu grau de poder em termos de interferência, as correlações de forças existentes e os motivos que levam governo municipal e comunidades, verem na implantação de uma APA a perspectiva de desenvolvimento local alternativo.

Como tal estudo encontra-se em fase de elaboração, por ser parte de meu projeto de tese de doutorado, pretende-se efetuar uma revisão bibliográfica e documental, já iniciada. Terá uma abordagem qualitativa descritiva, pois se pretende evidenciar como o processo de implantação e efetivação de uma APA, como uma política pública ambiental que tem por base a gestão participativa, pode ajudar no fortalecimento do desenvolvimento local. Será do tipo estudo de caso, com enfoque qualitativo que permita reconhecer e identificar o ambiente onde tal processo se desenvolve, para que assim seja possível descrevê-lo.

Atualmente, as APA's, no Brasil, estão sendo regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei n. 9.985/2000 (SNUC, 2004). A definição de APA centra-se na idéia de uma UC de Uso Sustentável que permite a relação sociedade-natureza, tendo por base o respeito ao meio ambiente, a cultura local e as escolhas de uso sustentável dos recursos naturais existentes (MORAES, 2004). Mas, isso na prática, é algo complexo que exige organização, participação e gestores capazes de conduzir a sua gestão de forma a atender todos os requisitos para a sua implantação e constituição (SIMONIAN, 2000; PINTO, 2000; e, QUARESMA, 1998, 2000). Tais complexidades e dificuldades também fazem parte do processo de criação da APA – Alter do Chão³.

O entendimento da constituição e construção desses espaços públicos, tendo por base seus limites e possibilidades como descreve Dagnino (2002) é importantíssimo. O reconhecimento do poder público de que é preciso a participação ativa das comunidades, não é senão uma forma, como bem ressalta esta autora, de “partilha do poder”. O que nos remonta a discussão de Júnior *et all* (2004) quando os mesmos mostram que em se tratando de decisões relacionadas aos governos municipais no âmbito da descentralização, dois aspectos precisam ser levados em conta: direitos de cidadania e cultura cívica de participação.

Isto nos leva a concepção de Putnam (2005) de capital social. O entendimento deste autor fortalece três fatores que se interligam: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e participação cívica, que será aqui relacionado à realidade das relações organizacionais existentes na APA – Alter do Chão.

³ Ver Rente (2006).

Uma outra categoria que se coloca como complementar ao capital social é o empoderamento. E, sobre esse partimos da concepção de Romano *et all* (2003). Em se tratando da APA – Alter do Chão e das relações de poder que estão inseridas percebe-se o empoderamento enquanto um processo que se estabelece através das capacidades das lideranças comunitárias e do poder que estas têm em organizar as comunidades e ‘barganhar’ com o governo o que querem.

Em se tratando do desenvolvimento local, parte-se da visão de Sen (2002) por entender que a mesma é uma das abordagens mais relevantes para a compreensão de tal processo que tem por trás as visões de que o desenvolvimento local pode vir a ser decidido pelos grupos sociais ou atores sociais desde que os mesmos tenham capacidades de fazer escolhas.

As reflexões sobre políticas públicas, de forma geral, perpassam pelo reconhecimento de que a implantação de uma UC de Uso Sustentável é uma política pública ambiental que pode conduzir para um desenvolvimento local. Isto se evidencia na medida em que escolhas são feitas pelos atores sociais envolvidos na implantação de tal política e, esta ter uma gestão participativa que conduza a tal processo. Caso contrário, não alcança seus objetivos.

O estudo ora exposto está em fase de consolidação, mas tem sua origem na dissertação de mestrado da autora do mesmo, que considera a apreciação e apresentação deste, num espaço de debate como o II SAPIS, de fundamental importância para aprimorá-lo, principalmente no que diz respeito às questões conceituais que estão por trás de temáticas como UC’s e desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, vê no mesmo uma forma de contribuição para ampliar o debate e as questões relacionadas a estas temáticas, principalmente quando o assunto é a Amazônia, tão em voga nas discussões sobre alternativas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Ana Luisa K. M. *Zoneamento da Região de Alter do Chão, Pará: Um Exercício de Planejamento para uma Unidade de Conservação de Uso Direto*. 2001. 130f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Universidade do Amazonas, Manaus.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. **In:** DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). *Governança Democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004, 286 p.

MORAES, Marília Britto Rodrigues de. Área de Proteção Ambiental como Agência de Desenvolvimento Sustentável: APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, 146 p.

PINTO, Paulo Moreira. Unidades de Conservação da Amazônia: o Ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas – Pa. **In:** COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Lígia; FENZL, Norbert (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPa – NAEA, 2000, p. 55-69.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, 260 p.

QUARESMA, Helena Doris de A. *Unidades de Conservação da Natureza – UCS – como instrumento de políticas públicas*. Paper do NAEA, n. 114, Belém: NAEA, dezembro de 1998, 20 p.

_____. Unidades de Conservação, Pescadores e Turismo: experiência na Área de preservação Ambiental Algodual/Maiandeuá – Pa. **In:** COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Lígia; FENZL, Norbert (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPa – NAEA, 2000, p. 71-82.

RENTE, Andréa Simone Gomes. *Áreas de Proteção Ambiental como Inspiração para o Desenvolvimento Sustentável com Liberdade: o caso da criação da APA – Alter do Chão/Pa*. 2006. 170 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Orgs.). *Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2003, 116 p.

SANTARÉM. Decreto n. 17.771, de 2 de julho de 2003. Cria a Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão, no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências. Mimeo.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Terceira Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 409 p.

SIMONIAN, Ligia T. L. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. **In:** COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Lígia; FENZL, Norbert (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPa – NAEA, 2000, p. 9-53.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 4ª Edição. Brasília: MMA/SBF. 2004. 52 p.